

Mentiras e verdades

02/12/2013 03h00

Quem já caminhou pelas ruas de São João Del Rey provavelmente ouviu falar do monsenhor Paiva. Ele foi durante cerca de 50 anos pároco da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, que fica ao lado da casa dos meus avós na cidade. Nesse final de semana, celebraram-se os seus 60 anos de sacerdócio.

Lembro-me dele desde muito cedo. É uma das poucas unanimidades que conheço, não apenas pela dedicação às causas e às pessoas da cidade, mas, sobretudo, pelo profundo senso ético que imprime à sua vida. Assim como ele, muitos de nós sabemos que, no mundo, existem a verdade e a mentira. O certo e o errado, por mais que insistam em nos convencer do contrário.

Entre os grandes desafios que o Brasil tem, um possui conotação especial pelo significado que imprime à vida em sociedade: o da recomposição ética da atividade política.

Tenho viajado e conversado com pessoas de diferentes regiões e, por mais específicas que sejam as realidades de cada uma, há um sentimento comum de descrença, de indignação com os episódios que ocorrem à nossa volta. E todos eles se remetem à perda dos limites éticos que deveriam ordenar a vida em comunidade.

Os graves acontecimentos envolvendo políticos não depõem apenas contra indivíduos. Acabam por rebaixar a atividade política como um todo. Infelizmente, nos últimos anos, aos olhos da população, a política vem perdendo sua dimensão de instrumento transformador da sociedade.

Tenho dito que um dos maiores desserviços que o PT presta ao país é a insistente tentativa de legitimar a mentira como instrumento do debate e da luta política.

Na política, a mentira tem várias faces. Às vezes, se apresenta com uma mais suave, se finge inofensiva, em pequenas "imprecisões" ditas aqui e ali.

Pode ter uma face mais dura, nas constantes sinalizações aos aliados de que política é um jogo de vale-tudo, onde os fins justificam os meios. Onde, segundo alguns, "podemos fazer o diabo".

Pode ainda se apresentar raivosa e destrutiva, estimulando a intolerância e o ódio. Na internet, esforços gigantescos são organizados para caluniar e difamar adversários, vistos como inimigos a serem abatidos a qualquer preço em sua honra, em sua imagem pública. Para, em covarde alquimia, tentar transformar mentira em verdade.

O Brasil que precisamos construir deve ter como base a generosidade e o respeito pelas diferenças. Quaisquer que sejam elas.

Winston Churchill disse, certa vez, que, enquanto a mentira dá a volta ao mundo, a verdade ainda não terminou de calçar os sapatos para sair de casa. Pelo Brasil e por brasileiros de bem, como monsenhor Paiva, tomara que aqui ela consiga se apressar.

Mandela

09/12/2013 03h30

Nestes dias, milhares de textos estão sendo escritos, em diversas partes do mundo, celebrando Nelson Mandela. O amplo reconhecimento e a reverência a ele não ocorrem sem razão.

Mandela tornou-se um dos mais expressivos líderes do nosso tempo, um símbolo à democracia e à igualdade de direitos, ao se dedicar à construção de uma obra política excepcional, que colocou fim ao "nós e eles" que caracterizava a violenta e injusta organização social da África do Sul.

Assim como alguns outros líderes da história, ele teve a consciência de que o ódio e a hostilidade, transformados em instrumento de luta política, aprofundam a intolerância e a perpetuam, impedindo que a nação floresça e se realize em sua integridade e significado.

O impressionante na obra de Mandela não é apenas o que ele foi capaz de fazer, mas como o fez. Foi surpreendente e exemplar a sua posição pacificadora, superando ressentimentos naturalmente existentes sobre um regime que roubou parte importante da sua vida, encarcerando-o injustamente por quase três décadas, e dominou o seu país, dividindo-o em privilégios e castas, opressores e oprimidos, brancos e negros, ricos e pobres, mantendo milhares subjugados pelo execrável apartheid.

Em sua saga, ele ultrapassou os limites do seu país e ensinou ao mundo. Ninguém pôde ficar indiferente à sua incomparável generosidade. Diante dela tombaram adversários incrédulos e aliados de toda vida, movidos, naquele primeiro momento de ascensão, por um estéril -- embora compreensível-- revanchismo.

Por isso, o significado de Mandela é ainda maior.

É absolutamente admirável o sentido que ele soube dar ao exercício da política, libertando-a da conflagração tradicional que alimenta o dissenso e também das suas obviedades e mesquinhas.

Seu amplo olhar ultrapassava o curto horizonte das circunstâncias. Cerziu, pacientemente, naquele cubículo sob grades, durante anos a fio, uma consciência clara acerca do futuro. Ele sabia que o seu país só seria capaz de abrigar igualmente todos os seus concidadãos se fossem rompidas poderosas amarras e superadas divisões abismais que fraturaram durante tanto tempo a alma sul-africana. Ele conseguiu. E nos deixou o mais importante legado: a política a serviço do bem comum, a que o mundo inteiro se curva agora.

São especialmente comoventes as celebrações que ocorrem nas ruas da África do Sul. Elas reavivam em cada um de nós uma rara confiança na política, como instrumento transformador da sociedade e habilitador da plena cidadania.

Num mundo em que ainda há espaço para a tirania, onde rotineiramente a conveniência se sobrepõe a valores, o exemplo de Mandela é a exceção que enobrece a humanidade.

Para mudar o Brasil

16/12/2013 03h00

O PSDB apresenta amanhã, em Brasília, as primeiras ideias colhidas em encontros regionais, que, acreditamos, podem representar as bases de uma nova agenda para o Brasil.

Não se trata de um diagnóstico técnico ou um programa de governo, mas de reivindicações, cobranças, expectativas e sentimentos vindos dos quatro cantos do país, que constituem pontos de partida para o aprofundamento do diálogo com os brasileiros.

Nesse tempo, fomos honrados com a preciosa interlocução de cidadãos, profissionais e militantes das mais diversas causas. E mergulhamos em alguns dos grandes desafios das regiões. Constatamos que as urgências de dez anos atrás permanecem as mesmas de hoje. E vimos surgir novos desafios.

Testemunhamos a luta diária das famílias nordestinas, vítimas e reféns da seca e os limites do atual projeto de gerenciamento da pobreza extrema, sem horizonte concreto capaz de libertar e habilitar uma nova cidadania.

Fomos impactados pela tragédia de milhares de vidas perdidas impunemente nas grandes cidades, em um país que não tem sequer um arremedo de política nacional de segurança, e pelo desastre cotidiano de um sistema de saúde abandonado em macas pelos corredores de hospitais superlotados, em filas imensas, em demora, desvios e desrespeito.

Foi possível ver de perto, no Centro-Oeste, a contradição entre a alta produtividade brasileira da porteira para dentro e os gargalos da infraestrutura precária que se eternizaram da porteira para fora, travando nosso desenvolvimento.

É desolador constatar o declínio da indústria de transformação e a extinção dos melhores empregos e como fazem falta ao país o direito básico do cidadão de ter acesso a uma educação de qualidade, os anos perdidos em escolaridade e uma mão de obra mais qualificada.

Dos inúmeros fragmentos de esperanças irrealizadas foi possível modelar uma paisagem de desafios reais a serem vencidos. Nela, descobre-se que as grandes conquistas nacionais não foram suficientes para acolher todos os brasileiros e grande parte dos nossos ficaram e continuam pelo caminho.

Descortina-se um país inteiro ainda a ser construído, que demanda a superação do "nós e eles", estimulado pelo poder central, e a construção de uma inédita convergência em torno das grandes causas nacionais. Para isso, é preciso desprendimento, espírito público e generosidade. A formatação de um novo diálogo nacional tornou-se imprescindível para que a lógica das decisões do poder público, tantas vezes distante da realidade, ganhe legitimidade e efetiva participação da cidadania.

É hora de somar forças para a construção coletiva de um novo projeto para mudar de verdade o Brasil.

O ano de Francisco

23/12/2013 03h00

Se o Natal é sempre oportunidade para reencontros e esperanças, o de 2013 será especialmente simbólico, alimentado por novas reflexões em torno da ideia da renovação.

Será o primeiro Natal de Jorge Mario Bergoglio à frente do seu pontificado, o personagem que melhor incorporou a necessidade e a possibilidade de transformação de um mundo ainda convulsionado pela fome, violência, destruição do patrimônio natural e refém de uma gigantesca desigualdade.

Com legitimidade, demonstrou que a grande mudança começa, na verdade, dentro e em torno de cada um de nós e se concretiza nas posturas que assumimos no dia a dia.

Provou o quanto o exemplo é valioso, quando inexistente contradição entre discurso e prática. E que o novo, muitas vezes, pode ser o que há de mais antigo. No caso, a busca da verdade, da ética, da solidariedade e do bem comum.

Poucas vezes a história pôde ver a emergência de uma liderança tão intensa e definitiva e tão próxima da realidade daqueles a quem conduz.

Francisco conquistou reconhecimento genuíno, mesmo entre os não católicos, porque conseguiu falar aos corações de todas as pessoas e religiões, por meio da sinceridade e humildade de sua fé. Não é por acaso que, mundo afora, tenha conquistado o afetuoso tratamento de "Papa do Povo".

Ao escolher o seu nome papal, ele já anunciava a que viera, buscando uma forte identidade com os despossuídos.

Adotou o despojamento e a simplicidade, reduzindo o fausto das tradições que destoava dos valores da sua pregação. Outras ações tiveram impacto mais profundo, como divulgar as contas do Vaticano e buscar respostas para as acusações de corrupção e lavagem de dinheiro no banco estatal e para desvios de conduta de religiosos.

A preocupação com os jovens somou-se à busca de caminhos para maior participação de mulheres na igreja. Um generoso acolhimento substituiu a intransigência na condução de temas complexos como o da sexualidade. A justiça social ocupou um papel importante no seu discurso, mas sem concessões à demagogia.

Em Francisco, as pessoas conseguem sentir a verdade na fala e nos gestos. Do alto dos seus 77 anos, ele não precisou de qualquer pirotecnia para fazer a Igreja Católica encontrar um caminho que a aproximasse mais de seus fiéis e de seus próprios valores.

Há um resultado evidente e mensurável com um parâmetro bem terreno: 2 milhões de pessoas estiveram nas audiências abertas, desde que ele foi eleito em março, um número quatro vezes maior que as recebidas pelo seu antecessor.

Que o significado do exemplo do papa Francisco ilumine o Natal de todos os brasileiros. A você e a sua família, os meus votos de um Feliz Natal, de muita paz e harmonia.

Feliz Brasil Novo

30/12/2013 03h00

A última imagem do ano para milhões de brasileiros solidários é a do sofrimento das famílias vítimas da violência das chuvas. O Brasil assiste a um novo capítulo da mesma tragédia muitas vezes anunciada.

Nenhum governo é responsável por desastres naturais, por chuvas ou enchentes que arrastam vidas e esperanças. Mas são responsáveis pelo que fazem e deixam de fazer.

A presidente Dilma fez bem em simbolicamente levar a solidariedade do país aos brasileiros das regiões atingidas. Mas errou ao tratar essas situações tão graves como se não tivesse responsabilidade sobre elas. As visitas e as declarações da presidente seriam adequadas a alguém que tivesse assumido o cargo na véspera, mas não cabem a quem representa um governo que há 11 anos conduz o país.

Infelizmente, mais uma vez, o governo enfrenta um problema objetivo, acirrado pela sua própria omissão, sem reconhecer a sua parcela de responsabilidade e se limitando a fazer novas promessas. Promessas que, provavelmente, não serão cumpridas, como não foram as feitas no passado.

Na visita a Minas, vendo o sofrimento da cidade de Virgolândia, a presidente surpreendeu a muitos ao comentar que a cidade teve sorte por não ter um rio caudaloso passando por perto. E, em mais um lance de marketing, anunciou a liberação de um cartão "ilimitado" para as prefeituras.

Nenhuma palavra sobre as ações –ou a ausência delas– do governo federal nos últimos anos. Nenhuma palavra sobre o fato de que das 630 obras acompanhadas no PAC 2, lançado em 2010 (mas que inclui obras anunciadas desde 2007), nas ações voltadas para a Prevenção de Áreas de Risco, apenas 54 tenham sido entregues até setembro passado.

Nenhum comentário sobre a constatação de que, dos R\$ 11 bilhões anunciados pelo PAC 2 com a costumeira pompa para a mesma finalidade, apenas 0,5% correspondam às obras efetivamente entregues até a mesma data. Meio por cento! Números como esses falam mais do que qualquer propaganda.

Mais um ano se aproxima do seu final. E registro o que, em meio a tantos desafios, acredito que devemos especialmente celebrar: a consolidação da nossa democracia, com destaque para o Judiciário independente e a liberdade de imprensa assegurada.

A presença de milhares de brasileiros nas ruas, um coro de vozes que ainda ecoa à espera de respostas, é o retrato emblemático e inesquecível do ano que se encerra.

Que no final de 2014 possamos comemorar bem mais do que a "sorte" de cidades não terem rios, e celebrar vidas e esperanças que não terão sucumbido às inevitáveis chuvas que virão. E que possamos celebrar especialmente o resgate da confiança no futuro do país. Feliz Brasil Novo!

'Nervosinhos'

06/01/2014 03h30

Ao antecipar o anúncio do cumprimento do superavit primário, na sexta-feira, o ministro Guido Mantega agiu como aquele chefe que gosta de contar uma piada para desanuviar um ambiente carregado. Todo mundo dá uma gargalhada forçada, por obrigação, a reunião termina, as pessoas vão embora, mas os problemas continuam sobre a mesa sem qualquer solução à vista.

Com base apenas em fatos recentes, preparei aqui uma lista resumida de cinco motivos para que o ministro possa entender por que os brasileiros estão "nervosinhos" com a situação da economia.

1) Fragilidade no superavit primário: o resultado foi atingido com ajuda de receitas extras, como o bônus da privatização do campo de petróleo de Libra, que não vão se repetir em 2014, tornando o equilíbrio fiscal ainda mais duro de ser alcançado ao longo do ano.

2) Queda na balança comercial: divulgados na última semana, os números da balança comercial brasileira tiveram o pior desempenho em 13 anos.

3) Desvalorização da Petrobras: para tristeza da memória de tantos nacionalistas que se recordam da campanha "O petróleo é nosso", em 2013 a estatal foi a empresa de capital aberto que mais perdeu valor de mercado em termos nominais, segundo a consultoria financeira Economatica. Em apenas três anos, o governo Dilma conseguiu a façanha de reduzi-la a menos da metade do seu valor. Entre os motivos, está a gestão orientada para render dividendos políticos ao Partido dos Trabalhadores.

4) Recorde na carga tributária: enganou-se quem acreditava que a situação dos impostos no Brasil não podia mais piorar. A Receita Federal divulgou a carga tributária de 2012, que bateu mais um recorde e chegou a 35,85% da renda nacional.

5) PIB em baixa, inflação em alta: a bravata do "pibão" na casa dos 4%, prometidos para 2013, deve acabar reduzida a um humilde "pibinho" abaixo de 2,5%. Além disso, o ano de 2013 ficará conhecido como aquele em que a inflação, de péssima lembrança, voltou a assombrar as feiras e os supermercados.

Essa é a realidade que as autoridades se recusam a admitir publicamente.

Em junho, a presidente Dilma Rousseff acusou a oposição de agir como o Velho do Restelo, personagem de Camões que representa o pessimismo. A economia, entretanto, continuou à deriva. Agora, a presidente reclama de uma suposta "guerra psicológica", "capaz de inibir investimentos e retardar iniciativas". Já para o ministro Guido Mantega, são os "nervosinhos" que atrapalham o sucesso dos planos formidáveis do governo.

As crianças costumam ter amigos imaginários. Os petistas cultivam os inimigos imaginários. Assim, fica mais fácil livrar-se das responsabilidades para as quais foram eleitos.

Improviso

13/01/2014 03h00

A questão prisional no Brasil é um dos centros de gravidade de nossa crise na segurança pública.

Condições subumanas e a crônica má gestão transformaram as prisões em verdadeiras antecâmaras do inferno, espaço para organizações criminosas surgirem e prosperarem.

Trata-se de um problema nacional e a atual crise no Maranhão ilustra a forma improvisada e puramente reativa com o que o governo central age. Não existe visão estratégica ou um plano de ação mais amplo sendo implementado. Basta dizer que quando apresentei proposta proibindo o contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e do Fundo Penitenciário Nacional, devidos aos Estados, o governo simplesmente virou as costas. A verdade é que esse tema merece um grande esforço nacional capaz de criar soluções para impasses que permanecem.

O que queremos de nosso sistema de punições? Trata-se de recuperar, ressocializar ou simplesmente punir? Existe uma grande distância entre a legislação penal, bastante dura em muitos aspectos, a Lei de Execução Penal, com um sem número de recursos que abrem brechas a impunidades, e o sistema prisional. O resultado é que para um grande número de presos a principal culpa é a de serem pobres e não contarem com uma defesa adequada de seus direitos.

O Brasil prende muito e prende mal. São 550 mil detentos em um sistema penitenciário falido. O número de encarcerados sem julgamento supera os 35% da população carcerária total. O enfrentamento da questão da segurança talvez seja o que mais exige coragem e inovação por parte dos governantes. Nesse sentido, duas experiências de Minas Gerais podem contribuir para o debate.

As APACs (Associações de Proteção e Assistência aos Condenados), desenvolvidas em parceria com o Poder Judiciário, são experiência diferenciada. Nela, os detentos trabalham, estudam e cuidam da vigilância dos presídios. O índice de reincidência dos egressos desses presídios é de 10% contra 80% entre os presos que passam pelo sistema prisional convencional.

A experiência da primeira PPP penitenciária no Brasil também é exitosa. No modelo, o custo do investimento na construção e montagem é do parceiro privado, cabendo ao Estado remunerá-lo a partir do funcionamento, em função dos resultados de cerca de 300 itens monitorados.

Os presos estudam, trabalham, têm acomodações decentes. Criar condições para a ressocialização de detentos ultrapassa o respeito aos direitos humanos: é também medida eficaz de defesa da própria população, pois rompe o ciclo vicioso das prisões que devolvem à sociedade novos criminosos.

A segurança é uma das áreas em que gestão e planejamento fazem mais falta ao país.

Truques & riscos

20/01/2014 03h11

O conhecido "jeitinho brasileiro" ameaça ganhar status de política de Estado, tal a frequência com que tem sido usado como estratégia de repaginação dos indicadores macroeconômicos. Os exemplos vão se acumulando, dia a dia.

Para calcular a inflação, nada melhor que contar com o controle político sobre preços administrados em setores estratégicos. E por que não atrasar a transferência de R\$ 7 bilhões a Estados e municípios, inclusive recursos voltados para a saúde pública, prejudicando milhões de brasileiros, para dar a impressão de que cumpriu-se o superavit primário?

A inventividade do governo parece não ter limites.

É preciso reconhecer a habilidade dos truques contábeis e o uso de artifícios para melhorar a performance das contas públicas. Se há brechas legais, parece que a ordem é aproveitá-las.

Neste campo instalou-se um autêntico vale-tudo, como a estarecedora operação da Caixa Econômica Federal, ainda sob grave suspeição, na transferência de recursos de contas de caderneta de poupança pretensamente inativas para engordar o seu balanço. É a velha tática: "se colar, colou"...

O resultado da economia brasileira certamente seria melhor se o esforço gasto em maquiagem números fosse efetivamente aplicado no aperfeiçoamento da gestão. Instituições que guardam histórico comprometido com o rigor, a transparência e o profissionalismo, como o Banco Central, estão cada vez mais isoladas diante do descontrole fiscal generalizado e, não por acaso, patinam na implementação do ajuste necessário para amenizar o ambiente inflacionário.

"Estamos no limiar de um novo ciclo econômico do Brasil", disse o ministro da Fazenda, para justificar o injustificável. A verdade é que, infelizmente, o Brasil está perdendo oportunidades preciosas de ativar o seu crescimento, como a Copa, pródiga em promessas de realizações e pífia em resultados, até o momento.

Os investimentos em infraestrutura são praticamente inexistentes, em face ao que foi prometido. Em termos de desempenho, o que temos a mostrar à comunidade internacional, para nossa vergonha, é o segundo pior crescimento na América do Sul, atrás apenas da Venezuela.

A desconfiança generalizada da sociedade não é uma peça ficcional criada pelos críticos do governo, mas o resultado de uma gestão ineficaz, pouco transparente e incapaz de reintegrar o país a uma rota de desenvolvimento e de ampliação das conquistas sociais.

É urgente agir, com coragem e responsabilidade, para não permitir que o país retroceda e coloque em risco as conquistas que nos trouxeram até aqui.

Uma das principais, a credibilidade, nem mesmo o "jeitinho brasileiro" foi capaz de assegurar. Esta, infelizmente, já perdemos.

No palanque, em Davos

27/01/2014 03h00

Quem acompanhou o discurso da presidente Dilma em Davos achou que não estava entendendo bem. Do ponto de vista político, a presidente tinha dois caminhos corretos para seguir. O primeiro, defender, com coragem, as escolhas que fez e as decisões que tomou nos últimos três anos. Mesmo que não obtivesse a concordância de quem a ouvia, poderia ganhar o respeito pessoal pela coerência e firmeza de suas convicções. O segundo seria o da autocrítica, o de reconhecer, ainda que tardiamente, os inúmeros erros cometidos e assumir o compromisso com a mudança de rumos ainda no pouco tempo que lhe resta de governo.

Mas ela não fez uma coisa nem outra. Diante de uma plateia de especialistas ela descreveu uma realidade que não é a nossa e um governo que não é o dela, fazendo de Davos uma extensão dos palanques eleitorais em que vem transformando suas viagens pelo país. Fez de Davos mais uma escala em sua turnê pela ilha da fantasia em que o governo parece estar instalado, deixando muita gente intrigada.

O que seria mais grave: a presidente ter apresentado em importante fórum internacional um retrato do país que sabe não ser verdadeiro ou, após, repeti-lo à exaustão, ter convencido a si mesma de que se trata da realidade?

Afirmou que a inflação está controlada, quando sabemos –Davos também– que nos últimos três anos a taxa esteve sempre prestes a romper o teto da meta –e defendeu sua política fiscal, hoje conhecida pela "criatividade" de sua contabilidade. Chegou ao cúmulo de dizer que diminuiu a dívida pública bruta de 60,9% do PIB para 58,4%. Inspirada na criatividade que tão mal tem feito à nossa política fiscal, a presidente buscou o ponto mais alto da dívida no auge da crise de 2009 esquecendo-se sutilmente que, quando assumiu, ela era de 53,35%. Portanto houve, na verdade, crescimento da dívida em seu governo.

Mas, como a realidade costuma se impor, pesquisa realizada pela Bloomberg com 500 participantes do fórum apontou o Brasil como a região que oferece menos oportunidades de negócios entre as pesquisadas. Isso depois de o FMI ter divulgado estudo reduzindo as previsões de crescimento do Brasil para 2014. E da Price Waterhouse ter mostrado que o país perde espaço como opção para investimentos de grupos internacionais, e do Banco Central ter reafirmado a necessidade de continuar aumentando os juros para frear a inflação.

A presidente foi a Davos para enviar uma mensagem de segurança a investidores. Mas a ausência de sincronia entre o discurso e a realidade que todos conhecem termina por alimentar a crescente desconfiança nas relações entre agentes econômicos e governo. O Brasil continua perdendo o mais precioso de todos os ativos: o tempo.

'Jeitinho'

03/02/2014 03h30

O governo federal fez uma grave opção política ao abandonar a referência da legitimidade para atuar nas brechas da legalidade, onde vale tudo o que não é expressamente proibido.

Com isso, veste com nova roupagem aquele velho "jeitinho" do brasileiro que gosta de levar vantagem em tudo, imagem injustamente alardeada sobre a nossa gente que traduz um comportamento baseado na esperteza e nas artimanhas, quase sempre relacionado à burla das regras e das leis.

O "jeitinho" oficial, estimulado pelo governo, ganha contornos mais nítidos nas transgressões éticas cometidas reiteradamente, no dia a dia. Quando, e com base em que, o governo decidiu que não precisa prestar contas do que faz aos brasileiros? A semana passada foi pródiga em exemplos.

A ida a Lisboa não precisaria ter tomado a dimensão que tomou se o governo tivesse se posicionado com transparência e clareza. A afirmação da presidente, "eu pago a minha conta", ao tentar tirar o foco do debate e reduzir uma questão ética ao valor de uma despesa de restaurante, só fez piorar a situação.

Por que, afinal, os brasileiros não podem saber onde está a maior autoridade do país e quanto custam suas viagens?

O episódio fez o país passar pelo constrangimento de ver o seu chanceler ser publicamente desmentido e a sua presidente deixar um hotel pela porta dos fundos, remetendo a imagem do Brasil à de uma republiqueta.

Esse, aliás, seria um momento oportuno para que a presidente explicasse por que, em maio passado, decidiu impor sigilo sobre as informações das suas viagens ao exterior que, agora, só poderão ficar públicas após o término do seu mandato.

E por que todas as restrições impostas para a divulgação das condições do financiamento do BNDES a Cuba? O que há nessa transação que incomoda tanto o PT? Na prática, a falta de transparência gera efeito contrário –alimenta teorias e suposições e acaba fazendo mais mal ao governo do que a verdade faria.

Na mesma linha, a propaganda virou a alma do governo. O exemplo da presidente, ao convocar redes oficiais de rádio e TV, de acordo com a sua conveniência eleitoral, parece ter estimulado o ministro da Saúde a também buscar a sua exposição como candidato às custas da máquina pública. Nos anos anteriores, ele ocupou esse espaço sempre na véspera das campanhas de vacinação para mobilizar a população para o dia seguinte.

Dessa vez, sob o mesmo pretexto, aproveitou seus últimos dias no cargo para anunciar, em janeiro, uma campanha de vacinação que só vai começar em março. O conjunto da obra é acintoso.

Pode ser que um dia chegue a conta por toda essa arrogância. E ela não poderá ser paga com cartão corporativo.

Vulnerável

10/02/2014 03h04

Discussões em torno da importância do planejamento e da capacidade de gestão dos governos tendem a ser consideradas áridas e distantes dos interesses da população. No entanto, são cruciais e a atual crise do sistema de energia é um exemplo concreto da falta que fazem ao país.

A semana começa sem resposta para mais um apagão que deixou às escuras 6 milhões de pessoas em 13 Estados brasileiros.

Para efeito de análise de conjuntura, mais importante que o fator pontual, específico, que justifique a interrupção, é constatar a evidente vulnerabilidade do sistema, exposto à pressão das altas temperaturas registradas, ao declínio dos níveis dos reservatórios e à alta do consumo.

A demanda média do período está 8% acima das previsões feitas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico. Para se ter uma ideia mais clara do quadro, 75% da nossa produção energética vêm de fonte hidráulica e os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste terminarão fevereiro com menos de 40% da capacidade.

Não pode ser simplesmente negligenciado ou reduzido a uma mera coincidência o fato de que, na terça-feira, o Sul atingiu seu recorde de carga apenas três minutos antes da falha no sistema de transmissão que causou o apagão.

Sintoma que expõe, em princípio, a hipótese de estar começando a haver desequilíbrio estrutural entre a capacidade de oferta e a demanda de energia no país, que o governo, a todo custo, tenta descartar, fazendo piadas diversionistas com descargas elétricas, ou sugerindo mais terceirização de responsabilidades.

Como parece ser menos provável que haja problema de geração, tudo converge para uma eventual precariedade das linhas de transmissão. Mais de dois terços das que estão em construção sofrem atrasos (média de 13,5 meses) e pode estar havendo investimento muito menor que o previsto na manutenção, em face da atabalhoada mudança de regulação, que provocou incertezas, desconfianças e -quem sabe- até um investimento menor que o necessário.

Poderíamos estar contando com os parques eólicos para compensar os problemas no segmento hidroelétrico. Infelizmente isso também não é possível, porque simplesmente não foram concluídas até hoje as respectivas linhas de transmissão.

Para o governo, o espaço para manobras vai se reduzindo e restam poucas alternativas: se reajustar tarifas, alimenta a inflação; se subsidiar ainda mais o custo, amplia o deficit nas contas públicas.

No geral, são erros imperdoáveis, para quem passou praticamente uma década inteira à frente do sistema energético nacional, advogando a excelência da gestão. A realidade sempre cobra o seu preço. Pena que, mais uma vez, a conta pelo imprevisto seja paga pelos brasileiros.

Democracia

17/02/2014 03h30

A morte estúpida do cinegrafista Santiago Andrade, vítima de um ato inconsequente em pleno exercício de seu trabalho, deve inspirar uma profunda reflexão em todos nós, especialmente em quem tem responsabilidade com as decisões que definem os rumos do país.

A verdade é que o Brasil mudou. O país de hoje, com mais de 160 milhões de pessoas vivendo nas cidades, é um imenso território de contradições e desafios, onde antigas mazelas permanecem intocadas e insanáveis.

Fruto de políticas sociais implementadas há pelo menos duas décadas, milhões de brasileiros tiveram inegável melhoria em suas condições de vida. No entanto, a ascensão social alcançada ainda mantém inalterada uma estrutura secular de desigualdade.

A cada dia, desde o último ano, fica claro que uma crescente intolerância vem se instalando entre nós. De um lado, a intolerância com o outro -são exemplos disso as inaceitáveis perseguições às minorias sociais e as ações dos grupos de justiça. Na outra ponta, a intolerância no discurso virulento contra as instituições democráticas do país, presente com assiduidade espantosa nas redes sociais, muitas vezes em espaços sob o patrocínio direto de verbas públicas federais.

A hostilidade parece insuflada por um sectarismo que identifica inimigos onde deveria enxergar apenas a diferença e mina o equilíbrio democrático, que pressupõe, fundamentalmente, o respeito ao direito e às ideias do outro.

Devemos dizer "não" a este estado de coisas. A legitimidade das manifestações populares deve ser respeitada, mas é fundamental que seja garantida a integridade física das pessoas e do patrimônio público. Assim, precisa ser investigada com rigor a denúncia de que partidos políticos estariam financiando atos de violência que colocam em risco a segurança da população.

Limite não é sinônimo de autoritarismo. Muitas vezes significa compromisso com a sociedade democrática.

Democracia implica instituições sólidas, estáveis; Legislativo e Executivo eleitos de forma direta e no pleno exercício das suas responsabilidades; Judiciário independente; imprensa livre e partidos políticos representativos de ideias e princípios de grupos sociais. Essas são conquistas das quais não podemos abdicar.

Ouso dizer que, nos 30 anos das Diretas-Já e nos quase 50 anos do golpe militar, mais do que nunca, precisamos estar vigilantes e mobilizados em defesa do Estado de direito. Em defesa do respeito às leis e às instituições.

Só os valores democráticos são capazes de apontar o caminho a uma sociedade em crise de confiança, frustrada em seus sonhos e insegura com o seu futuro. E, principalmente, indignada com a realidade que vivencia.

Diplomacia à deriva

24/02/2014 03h00

O Brasil perdeu mais uma oportunidade histórica de se colocar à altura de seu papel de liderança no continente.

Com a crise política, econômica e social na Venezuela e a escalada crescente da violência e a ameaça real à estabilidade institucional do país, esperava-se do governo brasileiro uma ação diplomática pró-ativa e firme, coerente com a tradição centenária do Itamaraty, pautada no respeito aos direitos humanos, à defesa da liberdade e da democracia.

Ao assinar as notas do Mercosul e do Unasul que emprestam respaldo ao presidente Nicolás Maduro, o Brasil ignora as respostas que o governo venezuelano tem dado às manifestações de protesto, com flagrante repressão contra toda e qualquer oposição ao regime e o cerceamento ostensivo à liberdade de expressão. Soma-se à vocação autoritária do chavismo uma grave instabilidade econômica, com a maior inflação da América Latina (57%) e a menor taxa de crescimento (1,1%). Arruinado pela má gestão, o país expõe seus cidadãos a uma rotina de escassez de alimentos e de energia.

No lugar de oferecer colaboração institucional para a promoção do diálogo entre as forças políticas em conflito, o Brasil submete sua política externa às conveniências ideológicas, deixando de representar os interesses permanentes do Estado brasileiro para defender o ideário do governo de plantão.

Longe de ser um fato isolado, a posição se inscreve no rol de desacertos desde que o governo impôs à atuação da Chancelaria o viés partidário. Nunca é demais lembrar episódios como a aceitação dócil da expropriação das refinarias da Petrobras em Santa Cruz, em 2006; a deportação dos boxeadores cubanos nos Jogos Pan-Americanos de 2007 e o tratamento dado ao senador boliviano exilado na Embaixada em La Paz. Onde está a coerência com a atitude adotada na crise paraguaia, em que foi invocada a cláusula democrática do Mercosul? Por afinidades ideológicas, o Brasil está deixando de assumir suas responsabilidades internacionais também na questão dos direitos humanos.

A partidarização da política externa tem consequências também na política de comércio exterior. As crises na Venezuela e na Argentina, pela passividade da reação do Itamaraty, estão trazendo prejuízos à credibilidade do governo brasileiro e às empresas nacionais que encontram barreiras para exportar e grandes dificuldades para receber seus pagamentos.

O mundo desconfia do Brasil, e não é à toa. Pouco adianta a presidente da República reafirmar no concerto internacional a posição do Brasil como país aberto, democrático, que respeita as regras internacionais, se, na prática, damos guarida a governos autoritários que desprezam a democracia e o Estado de Direito.

Plano Real, 20

03/03/2014 03h05

O país está em festa. Milhares de brasileiros estão nas ruas e passarelas do samba, protagonizando uma das maiores e mais bonitas celebrações populares do mundo e a nossa excepcional diversidade cultural.

Neste momento, suspendemos as tensões e eventuais diferenças e idiosincrasias para ocupar as avenidas, sob o signo da alegria. Poucos fenômenos são capazes de construir uma convergência assim, tão ampla e verdadeira.

Pensando nela, lembrei-me de um outro momento da vida nacional que uniu os brasileiros, em um fevereiro como este, 20 anos atrás: depois de vários planos econômicos fracassados, o Plano Real acabou com a hiperinflação.

As novas gerações nem sequer podem imaginar o que significou uma era de descontrole inflacionário que dizimava a renda das famílias, aumentava a desigualdade social e impedia o país de crescer.

Sem pirotecnia, demagogia e quebra do ordenamento jurídico, instaurou-se uma agenda que contemplava os fundamentos da estabilização e do desenvolvimento, na mais importante reforma econômica do Brasil contemporâneo.

Outros avanços estruturais moldaram o país moderno e respeitado que somos hoje.

Mas a data de 27 de fevereiro é emblemática como ponto de ruptura com o passado de equívocos e o advento de uma nova ordem. Foi, acima de tudo, uma construção política, nascida na democracia e em diálogo aberto com a sociedade. Um exemplo de como a coragem e a responsabilidade podem ser instrumentos transformadores da nossa realidade.

Mas nem o unânime reconhecimento que o Plano Real conquistou nesses anos foi suficiente para uma autocrítica daqueles que, apesar de terem se beneficiado dele, o combateram com ferocidade, pautados, como sempre, pelos seus interesses eleitorais.

Todos sabemos que nenhum dos avanços obtidos nos últimos 20 anos teria sido possível se a inflação não tivesse sido derrotada. Esta é a verdadeira herança deixada pelo PSDB para os brasileiros, já incorporada ao patrimônio do país.

Não podemos permitir que essa conquista se perca.

O país vive um momento delicado, de baixo crescimento, inflação rediviva e credibilidade em risco. A infraestrutura compromete nossa competitividade; a educação demanda uma gestão inovadora para cumprir o seu papel transformador; as instituições públicas, reféns de grave aparelhamento e pactos de conveniência, precisam ser resgatadas e devolvidas ao interesse público.

Crises graves, como a desassistência à saúde pública e a violência endêmica, merecem uma nova mobilização de todos os brasileiros, para fazer o país avançar mais.

Convergência. Coragem. Responsabilidade. No país que é também do Carnaval, todo dia é dia de construir o Brasil que podemos ser.

Carta ao Sérgio

10/03/2014 03h30

Sérgio, meu amigo.

Há três dias nos despedimos de você, em uma Recife consternada pela perda do homem público admirado em todo o país. Entre tantos de nós que fomos levar à sua família o nosso respeito, lutei para não me deixar tomar pela emoção da hora. Foi impossível não revisitar nossas caminhadas pelo Brasil e os encontros que marcaram nossa convivência.

Penso que algo estranho acontece quando nos despedimos de pessoas que nos são tão especiais. Por um lado, parece que envelhecemos subitamente, transformados em sobreviventes de outros tempos e histórias já vividas. Por outro, encontramos nessas mesmas histórias novos sentidos e o ânimo necessário para seguir em frente.

Nesses dias, com justiça, o país inteiro ouviu de seus companheiros de jornada –e mesmo de adversários tradicionais– inquestionáveis elogios às virtudes que embalsamaram a sua vida pública. Quase sempre, o conciliador dedicado à construção de novas convergências em favor do país foi também lembrado como o crítico feroz aos desvios, malfeitos, contradições e desarranjos da vida nacional, especialmente presentes neste nosso trecho de história.

As mais de três décadas de intensa militância política –e nem mesmo as doenças graves que o abateram– foram capazes de esmorecer uma indignação juvenil que, sei, movia-lhe, como se mantivesse intocado o líder estudantil da juventude e aquelas sempre grandiosas esperanças.

Guardo comigo uma grande admiração pela leveza e alegria com que você sempre conduziu as suas responsabilidades, afastando da política o peso do rancor e do confronto pessoal estéril. Talvez por isso, quase todas as suas relações nesse campo tenham se transformado em boas amizades. Da mesma forma, sou testemunha do seu esforço sobre-humano para não permitir que o líder tomado por compromissos se sobrepusse ao pai dedicado, que de longe se afligia com a caminhada dos quatro filhos.

Outra imagem que ficou foi a do ativista em luta permanente e admirável pelas grandes causas do país. Do Brasil pobre, injusto e desigual, que continua existindo de forma dramática ainda mais visível no Nordeste, razão maior de sua militância política.

Sei que não o ouviremos mais recontando casos acontecidos com a gente simples do sertão pernambucano, de onde tirava exemplos e lições. Não o veremos cobrando à política nacional respeito aos brasileiros. Não o teremos mais à mesa, fazendo a defesa intransigente dos valores democráticos. Mas cuidaremos, querido amigo, com respeito e reconhecimento, para que suas ideias e seus compromissos se multipliquem na voz e na caminhada de cada um de nós pelo Brasil.

Com gratidão, Aécio.

O lugar da política

17/03/2014 03h30

O isolamento nunca fez bem aos governantes. Quem se afasta do contato popular e confia apenas num séquito de aduladores, tende a desenvolver, na clausura do poder, uma aversão crescente à realidade.

Temo que estejamos vivendo algo semelhante no Brasil. Isolada em seu palácio, se alimentando de estatísticas e informações oficiais, não raro, distorcidas, a presidente da República se distancia cada vez mais da pulsação intensa da vida diária. A palavra empenhada de aproximação com os movimentos sociais e um maior diálogo com a sociedade não conseguiu vencer as portas sempre fechadas, o acesso restrito, a redução dos canais de escuta e diálogo.

O governo se mostra acuado, temeroso de se expor. A figura da presidente tem sido poupada nos eventos mais populares, como o Carnaval. Até mesmo os discursos de abertura e encerramento da Copa do Mundo foram providencialmente suspensos, por medo das vaias que poderiam constranger as autoridades presentes.

É forçoso reconhecer que algo saiu errado no script minuciosamente montado para apresentar ao país uma versão edulcorada de sucesso, otimismo e crescimento. Não há enredo fantasioso que se sustente diante de uma realidade que teima em driblar as maquinações mais criativas. A economia cresce pouco. A inflação caminha célere. A inadimplência das famílias bate no teto. A indústria patina e produz o equivalente a 2008. A carga tributária é das mais altas do mundo e a conta dos erros no setor elétrico começa a ser cobrada de empresários e consumidores.

Nas áreas essenciais, os números são vergonhosamente ruins. Na saúde e na segurança, as crises se acumulam, denunciando diariamente a crônica precariedade dos serviços públicos. A anunciada austeridade fiscal não convence nem o próprio governo, que a atropela sistematicamente.

Há visível descompasso entre o Brasil real e o da propaganda. Em algum momento, eles deverão se encontrar frente a frente. Até lá, seria prudente distender a estratégia de confronto e isolamento em vigor.

Em tempos de crise, é preciso baixar a guarda, ouvir e conversar mais. A intolerância com os adversários, a ojeriza ao debate transparente e a arrogância no trato com interlocutores de vários segmentos chegou ao cúmulo de atingir agora os próprios aliados.

O debate democrático foi substituído por um discurso ufanista e autoritário, retrato de uma gestão encastelada em suas quimeras.

O Brasil merece mais. Acima da agenda eleitoral, os brasileiros clamam por boa governança. Para tanto, é preciso abrir as portas e sair às ruas para ver a realidade em movimento e ouvir as vozes que, hoje, não conseguem ultrapassar as antessalas do poder.

Já deu!

24/03/2014 03h01

Protagonista de um governo refém dos interesses do regime de aparelhamento que se abateu sobre o Estado nacional, a presidente Dilma Rousseff já não sabe mais o que dizer ao Brasil, além de terceirizar responsabilidades.

Atônitos, os brasileiros são informados que, em poucos anos, a 12ª maior empresa do mundo foi transformada na 120ª e começam a perceber que, infelizmente, a PTrobras, longe de ser uma exceção, é o retrato do governo sob o comando do PT.

Incapacidade de gestão e planejamento. Desvios e suspeições. Excesso de compromisso com os companheiros, falta de compromisso com o país.

De um lado, a gravidade das revelações objetivas que vêm à tona e fazem a realidade superar as versões, que, antes sussurradas no meio político, já pareciam inverossímeis.

De outro, a vaidade e a onipotência daqueles que parecem acreditar que somos, os brasileiros, um conjunto de tolos.

O que se tornou conhecido por todos recentemente já era, há muito, de domínio do governo. Por que, então, por exemplo, só agora o diretor que passou a ser o bode expiatório do escândalo foi demitido?

Por que personagens das páginas policiais estiveram, até ontem, protegidos em posições de extrema confiança?

O que mudou? O que transformou um bem feito num malfeito foi apenas a percepção da sociedade? Que governo é este que só age ou ensaia providências quando é confrontado pela opinião pública?

De onde vem tanta arrogância, que faz com que os representantes do PT tripudiem sobre a percepção dos brasileiros?

Primeiro, inventaram os "recursos não contabilizados". Na semana passada, o presidente do Banco Central chamou de mera "realocação contábil" a iniciativa da Caixa de lançar os recursos confiscados dos correntistas como lucro. Agora, na ausência de um mordomo, a culpa parece ser do "relatório".

Os brasileiros vêm sendo desrespeitados todos os dias por ações concretas, sempre envoltas em coincidências demais e transparência de menos, mas também pela forma com que o governo responde a elas.

Estamos cansados de ver o interesse público e coletivo, razão de ser da própria República e da democracia, confundido com os interesses privados e os projetos individuais de poder de pessoas e de partidos.

Uma coisa são os desafios da nação. Outra, são os problemas criados pelo governo.

O governo que o eleitor escolheu para ser solução se transformou no principal problema do país. A verdade é que o governo colocou o Brasil no caminho errado -é simples assim. E o Brasil precisa voltar para o caminho certo.

Precisamos de um governo que volte a ser solução.

Entre a indignação, a revolta e o cansaço diante de repetidos absurdos, o sentimento geral dos brasileiros é um só: já deu!

Ontem e hoje

31/03/2014 03h00

Há 50 anos, o golpe militar impôs a longa noite de duas décadas de ditadura no Brasil.

Inúmeros relatos revisitaram, nos últimos dias, aquele trecho sombrio da nossa história. Convergimos para as perdas irreparáveis, lembrando as várias faces da violência e do autoritarismo.

Entre tudo o que pode e deve ser lembrado, há uma triste página escrita pelo Congresso brasileiro.

Ouvi o relato da tensão daqueles dias, várias vezes, pela voz de uma testemunha muito especial, o então líder do governo João Goulart na Câmara dos Deputados, Tancredo Neves. Mas é valioso relembrá-lo através de outras narrativas. Para tanto, peço emprestadas as palavras de Augusto Nunes:

"Num artigo publicado em fevereiro de 1985, na Folha de S.Paulo, Almino Affonso recordou a indignação manifestada por Tancredo, naquele dia, quando soldados do Exército tentaram impedi-lo de alcançar o avião, estacionado na pista ao aeroporto em que Jango aguardava o momento da decolagem. Antes disso, Almino testemunhara a reação indignada de Tancredo na sessão realizada pelo Congresso na tarde de 1º de abril, quando o presidente do Senado, o pessedista Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República" (embora tivesse oficialmente informado de que Goulart se encontrava a caminho de Porto Alegre, em território nacional e, portanto, na plenitude de seus poderes constitucionais).

"Até hoje me recordo com espanto", diz Almino, "do deputado Tancredo Neves em protestos de uma violência verbal inacreditável para quantos, acostumados à sua elegância de trato, o vissem encarnando a revolta que sacudia a consciência democrática do país. Não deixava de ser chocante ver a altivez da indignação de Tancredo e o silêncio conivente de muitas lideranças do PSD."

Foi pensando nos desafios atuais do Congresso que lembrei-me dessa passagem.

O que teria acontecido se, 50 anos atrás, a instituição tivesse cumprido seu dever democrático? O que poderá acontecer hoje se a instituição não se render às pressões e às conveniências do momento e optar por ser leal aos interesses dos brasileiros?

Nos acostumamos a contabilizar as perdas do país em cifras e bilhões, mas há algo mais valioso do que isso. O que custa a uma nação o tempo perdido?

Quando olhamos para trás, podemos imaginar que país o Brasil seria se não nos tivessem tirado duas décadas de democracia. E hoje, que alto preço o país terá que pagar por tanto tempo desperdiçado em decisões adiadas ou equivocadas? O que tem custado aos brasileiros a falta de coragem das autoridades em fazer o que precisa ser feito?

Custa mais do que gigantescos prejuízos econômicos. Custam esperanças, oportunidades e sonhos. Custa o futuro.

Fonte:

Folha de São Paulo: Colunistas. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/aecioneves/>

02/12/2013 – 31/03/2014